



CPI sugere à Paraíba plano de ação para proteger a mulher

Cabinete Senador Ana Rita



Integrantes da CPI da Mulher pedem ao governador da Paraíba, Ricardo Coutinho (3º à esq.), rapidez na elaboração de ações para enfrentar a violência

Estado é o sétimo e João Pessoa, a segunda capital do país em número de assassinatos de mulheres

Em visita à Paraíba, a CPI da Violência contra a Mulher constatou a falta de um plano local para combater o alto índice de homicídios de mulheres. Este ano, 100 foram mortas no estado e, no ano passado, 146. Em audiência pública na sexta-feira, em João Pessoa, a CPI cobrou do governo estadual ações urgentes. O grupo também visitou o município de Queimadas, onde houve estupro coletivo, com morte de duas mulheres. **3**

Senado debaterá formas de ampliar uso da língua de sinais 2

Senadores lembram os 25 anos do acidente com césio 137 3

Adiada votação sobre valor de causas em juizados especiais 4

Mozarildo: eleitor precisa estar atento

O senador Mozarildo Cavalcanti disse que, antes de decidir em quem votar nas eleições municipais deste ano, os brasileiros precisam analisar com

cuidado “os antecedentes e os vínculos” dos candidatos. Segundo ele, muitos candidatos só querem entrar na política para se beneficiar do cargo. **2**

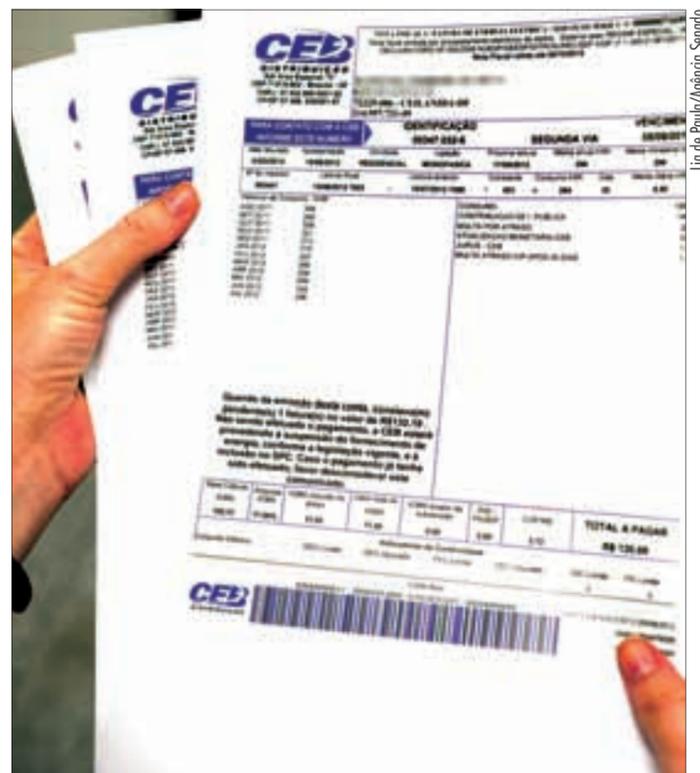


Ao lado de Mozarildo Cavalcanti, senador Paulo Paim (E) preside a sessão plenária na última sexta-feira

Paim: “Formatura de negros e pobres”

Convidado para ser um dos paraninfos, Paulo Paim cumprimentou, na sexta-feira, os 70 alunos da primeira turma de Direito da Faculdade Zumbi dos

Palmares pela conclusão do curso. “É a primeira vez que um número tão elevado de negros e brancos pobres se forma em uma mesma turma no Brasil”, disse. **4**



Governo quer baixar em 16,2% as contas residenciais e em 28% as industriais

Comissão avalia MP que reduz tarifa de energia para residências e indústrias

Senadores e deputados têm até o dia 19 para oferecer emendas à medida que, antes de ser votada pelos Plenários da Câmara e do Senado, passará pela

análise de uma comissão mista especial, já designada na sexta-feira. A MP também trata da renovação das concessões de geração de energia elétrica. **2**

Lia de Paula/Agência Senado

José Cruz/Agência Senado

Comissão mista foi formada na sexta-feira para analisar medida provisória; governo federal quer baixar tarifa de energia elétrica em 16,2% para as residências e em até 28% para as indústrias

Congresso estuda MP que reduz tarifa de energia

COMEÇOU A TRAMITAR na sexta-feira a medida provisória que trata da renovação das concessões de geração de energia elétrica com vencimento entre 2015 e 2017 (MP 579/12). A medida provisória também estabelece regras para redução das tarifas praticadas no setor.

Para promover redução média de 16,2% na conta de luz das residências e de até 28% nas tarifas cobradas do setor produtivo, o governo propõe reduzir tributos federais, alterar o cálculo do preço da energia fixado na renovação dos contratos de concessão e investir R\$ 3,3 bilhões para financiar o atendimento de localidades carentes.

De acordo com a MP, os contratos de geração, transmissão e distribuição de energia hidrelétrica poderão ser prorrogados por até 30 anos e os de geração de energia termelétrica, por até 20 anos — desde que as concessionárias concordem em retirar, do preço da tarifa, a remuneração de investimentos já amortizados.

Emprego e renda

As concessões que não forem prorrogadas por falta de interesse da concessionária serão licitadas em leilões ou concorrências.

A medida provisória prorroga por até 30 anos os contratos de usinas com até 50 megawatts de

potência que produzem energia para consumo do próprio grupo industrial.

Na justificativa da MP, os ministros Edison Lobão, de Minas e Energia, e Guido Mantega, da Fazenda, argumentam que as medidas propostas ampliam o suprimento de energia elétrica às famílias e tornam o setor produtivo mais competitivo, ampliando o emprego e a renda no país.

Senadores e deputados terão até o dia 19 para oferecer emendas à MP, que precisará passar pela análise prévia de uma comissão mista, designada na sexta-feira, antes de ser votada pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Eleitor deve ver antecedentes de candidatos, diz Mozarildo

Ao falar das eleições municipais deste ano, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) alertou os eleitores para a importância do voto consciente.

O senador elogiou a Justiça Eleitoral e disse que as campanhas de conscientização deveriam ser feitas permanentemente, e não apenas em períodos eleitorais.

— A participação da sociedade no processo de conscientização é muito importante. Igrejas, escolas e entidades civis como o Lions e o Rotary poderiam participar.

Mozarildo criticou o comportamento dos que entram na política para se aproveitar dos cargos públicos.

— O eleitor tem que pensar bem antes de votar. Quando votamos, damos uma procuração para alguém nos representar.



José Cruz/Agência Senado

Mozarildo critica quem entra na política para tirar proveito do cargo

É necessário, portanto, verificar os antecedentes e os vínculos que cada candidato tem.

O senador aproveitou o pronunciamento no Plenário para defender a revisão do pacto federativo, diante das responsabilidades cada vez maiores das prefeituras, apesar da concentração de recursos na União.

— Os encargos só aumentam sem a necessária contrapartida.



Daniel Simon

Porto Alegre: medidas visam ampliar o suprimento de energia às famílias e dar mais competitividade ao setor produtivo

Senado quer ampliar uso de língua de sinais

O Senado realizará amanhã audiência pública para discutir a implantação de políticas públicas inclusivas para surdos e deficientes auditivos — o que inclui disponibilização de informações pelos órgãos públicos na língua brasileira de sinais (Libras).

A audiência será organizada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do

Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

Foram convidados o secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antonio José Nascimento Ferreira, o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de

Deficiência (Conade), Moisés Bauer Luiz, e o diretor-presidente do Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil (Icep Brasil), Sueide Miranda Leite.

A audiência pública será realizada por sugestão dos senadores Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Paulo Paim (PT-RS).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- SEGUNDA**
 - PLENÁRIO: Discursos**
14h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos de parlamentares.
 - PALESTRAS: Dia da Democracia**
15h Comemoração do Dia Internacional da Democracia, celebrado em 15 de setembro, com palestras de Renato Janine Ribeiro e Mario Sergio Cortella.
 - CDH/CMA: Acessibilidade**
8h30 As comissões de Direitos Humanos e de Meio Ambiente realizam audiência pública para discutir políticas de acessibilidade aos deficientes auditivos. Entre outros, participa o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Moisés Bauer.
 - COMISSÃO MISTA/MP: Pasep**
9h Instalação de comissão mista para analisar a MP 574/12, que autoriza a Fazenda Nacional a renegociar dívidas de estados e municípios com o Pasep.
- QUARTA**
 - COMISSÃO MISTA/MP: PPPs**
9h30 Instalação de comissão mista para avaliar a MP 575/12, que cria normas para contratação de parcerias público-privadas (PPPs) na administração pública.
 - COMISSÃO MISTA/MP: Logística**
10h Instalação de comissão para a MP 576/12, que muda o nome da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade para Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e amplia suas competências.
 - COMISSÃO MISTA/MP: Energia elétrica**
10h30 Instalação da comissão mista que vai emitir parecer sobre a MP 577/12, que dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço.
 - COMISSÃO MISTA/MP: Dedução no IR**
11h Instalação da comissão mista para examinar a MP 578/12, que permite dedução no IR da depreciação de veículos novos para transporte de mercadorias.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Anibal Diniz
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep



Relatora da CPI, senadora Ana Rita (D) defende punição exemplar aos responsáveis por estupro coletivo de cinco mulheres ocorrido em Queimadas (PB)

Josiem Gomes

Ana Rita promete acompanhar caso de Queimadas

A relatora da comissão parlamentar de inquérito mista que investiga a violência contra as mulheres, senadora Ana Rita (PT-ES), defendeu punição exemplar para os acusados pelo estupro coletivo ocorrido em fevereiro em Queimadas (PB), quando cinco mulheres foram estupradas durante uma festa de aniversário e duas delas foram assassinadas. Dez homens são acusados pelos crimes; três deles, menores. A CPI esteve na cidade quinta-feira.

Os parlamentares da CPI se encontraram com autoridades da polícia civil, do Ministério Público e do Judiciário que cuidam do caso na cidade. Reuniram-se também com o Movimento de Mulheres paraibano. Além de Ana Rita, participaram dos encontros os deputados federais Dr. Rosinha (PT-PR) e Nilda Gondim (PMDB-PB).

Após ouvir os depoimentos, a relatora da CPI disse que a comissão continuará acompanhando o caso.

— Queremos que a justiça seja feita e vamos acompanhar os desdobramentos — afirmou, ressaltando que o crime em Queimadas foi “emblemático”.

Na chegada da comissão, o Movimento de Mulheres da Paraíba e familiares das vítimas realizaram manifestação pedindo justiça. Entregaram também dossiê com denúncias de violações aos direitos das mulheres no estado e críticas à demora por parte das autoridades para garantir proteção às mulheres em situação de violência.

A CPI foi acompanhada, na visita à Paraíba, pelo procurador regional da República José Adonis de Araujo Sá, o delegado da Polícia Federal Eriosvaldo Renovato Dias e a promotora de Justiça Lindinalva Rodrigues.

CPI da Mulher propõe à Paraíba ação contra alta taxa de assassinatos

Comissão esteve no estado para investigar denúncias de violência contra mulheres; para Ana Rita, governo precisa evitar homicídios

APÓS DOIS DIAS na Paraíba, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga a violência contra a mulher encerrou na sexta-feira trabalhos no estado com uma audiência pública, na Assembleia Legislativa, em João Pessoa.

A CPI também esteve em Queimadas, cidade paraibana onde em fevereiro ocorreu estupro coletivo de cinco mulheres seguido do assassinato de duas delas.

Após visitar serviços públicos e ouvir autoridades do governo, da Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública, a CPI constatou a falta de plano específico para prevenir e enfrentar o alto número de homicídios de mulheres.

Neste ano, cem mulheres foram assassinadas na Paraíba. No ano passado, 146.

Segundo o secretário estadual da Segurança e da Defesa Social, Cláudio Coelho Lima, 40% dos assassinatos têm relação com drogas e 30%, com a violência doméstica.

João Pessoa é a segunda capital do país onde mais mulheres morrem assassinadas — com taxa de 12,4 homicídios para grupo de 100 mil mulheres. A Paraíba é o

sétimo estado em assassinatos de mulheres, segundo o *Mapa da Violência*, elaborado pelo Instituto Sangari e pelo Ministério da Justiça.

Mães da Dor

Na audiência pública, a presidente da CPI, deputada federal Jô Moraes (PCdoB-MG), cobrou do secretário prioridade no esclarecimento dos crimes denunciado pelo movimento Mães da Dor.

O movimento é formado por mães paraibanas que tiveram filhos e filhas assassinados.

A relatora da comissão parlamentar de inquérito, senadora Ana Rita (PT-ES), disse que é preciso elaborar um plano com rapidez para evitar mais mortes de mulheres.

Um dossiê com denúncias entregue à CPI pelo Movimento de Mulheres aponta que o estado registra alto índice de violência sexual e demora na concessão das medidas protetivas por parte da Justiça.

Foram feitas, ainda, denúncias da dificuldade para registros adequados de boletins de ocorrência e da falta de capacitação de pessoal para atender mulheres em situação de violência.

Ranking da covardia

A seguir, o número de homicídios femininos em cada estado por 100 mil mulheres

Espírito Santo	9,8
Alagoas	8,3
Paraná	6,4
Pará	6,1
Mato Grosso do Sul	6,1
Bahia	6,1
Paraíba	6,0
Distrito Federal	5,8
Goiás	5,7
Pernambuco	5,5
Mato Grosso	5,4
Tocantins	5,0
Roraima	5,0
Acre	4,9
Rondônia	4,8
Amapá	4,8
Rio Grande do Norte	4,4
Sergipe	4,2
Rio Grande do Sul	4,1
Minas Gerais	4,1
Rio de Janeiro	4,1
Ceará	4,0
Amazonas	3,8
Maranhão	3,5
Santa Catarina	3,5
São Paulo	3,2
Piauí	2,5
BRASIL	4,6



Fonte: Mapa da Violência 2012

Senadores comentam 25 anos do acidente com césio 137: risco ainda é alto

O país “aprendeu muito pouco” a partir do acidente com césio 137 ocorrido há 25 anos em Goiânia, disse Cyro Miranda (PSDB-GO). Segundo o senador, desastres semelhantes ainda podem acontecer em qualquer lugar do Brasil, já que a fiscalização de institutos de radiologia continua ineficaz.



Cyro diz que país aprendeu muito pouco com o acidente, em Goiânia

Em maio, a presidente Dilma Rousseff, sancionou a Lei 12.646/12, que instituiu 13 de setembro como o Dia Nacional de Luta dos Acidentados por Fontes Radioativas. Nessa data,

em 1987, o Brasil viveu o maior acidente com material radioativo do mundo ocorrido fora de usinas nucleares. No centro de Goiânia, o dono de um



Para Lúcia Vânia, governos federal e estadual falharam na fiscalização

ferro-velho abriu a marretadas uma cápsula encontrada numa clínica abandonada e tirou dela um pó com brilho azulado, o césio 137, elemento usado

em radioterapia. Centenas de pessoas tiveram contato com o material, pelo menos quatro faleceram e dezenas tiveram graves problemas de saúde.

Hoje, Goiás mantém o Centro de Assistência aos Radioacidentados, mas a Associação das Vítimas do Césio 137 ainda luta pelos direitos dos atingidos pela radiação, como medicamentos, pensões e tratamentos médicos.

Para Lúcia Vânia (PSDB-GO), a responsabilidade pelo acidente não é apenas da

clínica radiológica que descartou em local impróprio o material, mas também dos governos federal e estadual, que falharam na fiscalização.

Em 2008, os senadores aprovaram o PLC 27/04, que estende a aposentadoria especial concedida às vítimas do césio 137 aos policiais militares, membros do corpo de bombeiros e das Forças Armadas que atuaram, sem proteção, no local do acidente nuclear. A proposta ainda tramita na Câmara dos Deputados.



Antigo Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje), em Brasília, tem capacidade para 166 internos, mas está superlotado com 350 menores

Senado vai discutir internação de menores infratores no DF

Debate marcado para 15 de outubro, na Comissão de Direitos Humanos, foi pedido por Cristovam Buarque depois do assassinato de três internos nas últimas semanas

A SITUAÇÃO DA Unidade de Internação do Plano Piloto (UIPP), o antigo Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje), será discutida no dia 15 de outubro em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O debate foi solicitado por Cristovam Buarque (PDT-DF) em razão do assassinato de três jovens, enforcados em seus quartos, nas últimas semanas. O senador alertou para o fato de que, segundo os internos, mais execuções podem acontecer na instituição.

Na avaliação de Cristovam, a superlotação crônica é um dos fatores de violência na unidade. Ele disse que o Caje, mantido pelo governo do Distrito Federal (GDF), acolhe 350 internos, quando a capacidade é para 166. Segundo o GDF, disse Cristovam, o centro será desativado no final do ano.

O senador informou também que, de acordo com os familiares de internos,

não existem atividades educativas nem apoio psicológico para os adolescentes infratores. Nessas condições, ressaltou, as famílias alegam que a instituição não recupera os jovens.

Apesar da situação, afirmou Cristovam, “os administradores relapsos não são punidos”. Além disso, ainda conforme o senador, os novos gestores justificam a falta de providências como uma “herança negativa” de governos anteriores. O parlamentar quer saber por que motivos não há a punição dos responsáveis.

— É clara e patente a responsabilidade do Estado nessa situação. A pergunta que a sociedade faz é qual a prioridade que as autoridades têm dado à vida dos jovens. Por que não cumprem os programas de atendimento e recuperação de jovens e quais os motivos para o adiamento sistemático das ações governamentais? — questionou o senador.



Segundo Cristovam, famílias dizem que unidade de internação não consegue recuperar os jovens

Para discutir o tema, a CDH vai convidar o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; a ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário; o governador do DF, Agnelo Queiroz; e a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Miriam Santos.

Adiado exame sobre causa em juizado especial

Depois de muita discussão, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou a votação de projeto de lei de Lobão Filho (PMDB-MA) que aumenta o valor das causas em juizados especiais cíveis estaduais de 40 para 60 salários mínimos. A proposta faz a equiparação com o limite das causas em juizados especiais federais.

A matéria (PLS 50/12) foi retirada de pauta por pedido de vista coletiva feito por Luiz Henrique (PMDB-SC). Dúvidas foram levantadas por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sobre dispositivo que modifica o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para proibir a apelação a instâncias superiores da Justiça em ações individuais envolvendo relações de consumo inferiores a 60 salários mínimos.

Valadares questionou se a

supressão do direito do consumidor de recorrer a uma turma recursal com três juízes, em caso de derrota no juizado especial cível, não seria um retrocesso no CDC. Em resposta, o relator, Renan Calheiros (PMDB-AL), sustentou que a extensão do rito sumário às relações de consumo beneficiaria o consumidor.

— As estatísticas demonstram que, dos milhares de processos que emperam os tribunais de Justiça, 40% tratam de relações de consumo e envolvem recursos para delongar o cumprimento do direito do consumidor. Essa instância está sendo utilizada para que o consumidor não materialize o seu direito — afirmou Renan.

A argumentação foi reforçada por Lobão Filho, convencido de que a parte mais forte na relação de consumo é que costuma protelar as decisões.

Apesar de proibir a apelação a instâncias superiores, o projeto deixou a possibilidade de contestação por embargos infringentes e de declaração. Os embargos são recursos apresentados na mesma instância judicial em que se decidiu a causa, com o objetivo de confirmação ou revisão da sentença.



Projeto de Lobão Filho eleva valor de causas em juizados especiais estaduais

Paim parabeniza 1ª turma de Direito da Faculdade Zumbi dos Palmares

Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou, na sexta-feira, os 70 alunos da primeira turma de Direito da Faculdade Zumbi dos Palmares pela conclusão do curso.

Convidado para ser um dos paraninfos, o senador tinha presença confirmada, na sexta-feira, na colação de grau, marcada para o Memorial da América Latina, em São Paulo.

Ao citar nominalmente todos os formandos, Paim observou que é a primeira vez que um número tão elevado de negros e brancos pobres se forma em uma mesma turma no Brasil.

— Vocês são a prova de que a universidade pode ser um grande quilombo com negros, brancos e índios de mãos dadas. Vocês são a prova viva que a luta de Zumbi valeu a pena — disse o senador.

Paim também parabenizou os familiares dos estudantes, o reitor da universidade, professor José Vicente, além de professores e funcionários da instituição.

O senador se disse honrado por ter sido convidado para estar entre os patronos e paraninfos, ao lado de autoridades como o vice-presidente da República, Michel Temer; o presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto; o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin; o ministro da Educação, Aloizio Mercadante; a ministra da Secretaria de Igualdade Racial, Luiza Bairros; e a deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ).

— Crédito essa honraria ao ano de 2012. Entrará para a história como o ano em que o Supremo Tribunal Federal declarou, por unanimidade, que as cotas para brancos, negros, índios pobres são, sim, constitucionais. Foi neste ano que o Congresso Nacional aprovou e a presidenta Dilma sancionou a lei de cotas nas universidades para alunos de rede pública.

Localizada na capital paulista, a Faculdade Zumbi dos Palmares iniciou as atividades em 2004, com 200 alunos no curso de Administração. Atualmente, tem 1.700 estudantes matriculados em Administração, Direito, Tecnologia em Transportes Terrestres, Publicidade e Propaganda e Pedagogia.



Paim diz que 87% dos alunos da Zumbi dos Palmares se declaram afrodescendentes